



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.
Sub-eixo: Formação profissional.

DESAFIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES SOBRE ENSINO SEMIPRESENCIAL EM UMA IES PRIVADA DA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA (CE)

LAURIENE RODRIGUES MARREIRO MENDONÇA¹
MARIA AUXILIADORA DE ARAÚJO²
ANA CRISTINA FARIAS GUEDES³
LUANA MELO DE LIMA⁴

Resumo: Este trabalho reflete sobre os desafios postos à formação profissional em Serviço Social em uma IES privada da região metropolitana de Fortaleza – CE e tem como objetivo geral: analisar as tensões relativas à percepção dos estudantes concluintes sobre ensino semi-presencial. As discussões foram extraídas de pesquisa dos tipos bibliográfica e de campo com abordagem qualitativa registradas em Trabalho de Conclusão de Curso realizado em 2016. Dentre os resultados apresentados destacamos: dificuldade de adaptação por parte dos estudantes, e a escassez de debates no âmbito da IES privadas relativos à implementação de novas tecnologias e novas modalidades de ensino superior

Palavra-chave: Educação Superior. Formação Profissional em Serviço Social. Ensino Semipresencial.

This work reflects on the challenges put to the professional training in social work and its general objective: to analyze the tensions concerning the students' perception about semi-assisted conclusive. The discussions have been extracted from qualitative research, field and recorded in end-of-course held in 2017. Among the findings: the shortage of debates within the private INSTITUTIONS able to expand, clarify and deepen the debate on the guidelines held by vocational training Project in Social work before at contrarreformas implemented by the neoliberal logic in Brazil.

Abstract: Higher Education. Professional training in Social work. Courses Teaching.

¹ Professora com formação em Serviço Social. Faculdade Terra Nordeste. E-mail: auxiliadorabeatriz@gmail.com.

² Professora com formação em Serviço Social. Faculdade Terra Nordeste. E-mail: auxiliadorabeatriz@gmail.com.

³ Estudante de graduação em Serviço Social. Faculdade Terra Nordeste. E-mail: auxiliadorabeatriz@gmail.com.

⁴ Estudante de pós-graduação em Serviço social. Faculdade Ratio. E-mail: auxiliadorabeatriz@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Evidencia-se nos últimos 50 anos significativas mudanças no cenário da Educação brasileira. Tais mudanças tem sido alvo das reflexões em diversas áreas do conhecimento. No caso do ensino superior, destacamos as reflexões acumuladas desde o final dos anos 1980 por intelectuais, pesquisadores e organizações político-organizativas de Serviço Social brasileiro e da américa-latina. Dentre tais análises é oportuno destacar as contribuições de lamamoto (2000), Netto (2011) ao explicarem os fundamentos sócio-históricos das mudanças econômicas e políticas ocorridas no Brasil após 1964.

No caso da educação e da cultura Netto (2011) explica que a sociedade brasileira ainda experimenta os efeitos do chamado desastre nacional ocasionado pelos 15 anos de ditadura militar no país (1964 -1985). Dentre tais efeitos destacamos: a descentralização burocratizada do Ensino básico e fundamental, esvaziamento do conteúdo crítico e democrático nos processos pedagógicos, sobretudo no ensino superior e aprofundamento e a generalização do analfabetismo funcional entre a população jovem e adulta.

Nesta direção de análise, intensifica-se nas últimas décadas o esforço de profissionais de pesquisadores do Serviço Social brasileiro em promover debates e análises críticas acerca dos impactos da chamada contrarreforma na Educação Superior, especificamente seus efeitos na formação profissional em Serviço Social.

Boschetti (2011) registra o esforço histórico da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS em aprovar as diretrizes curriculares em 1996 em um contexto em que o Ministério da Educação (MEC), tratava de instituir uma política de educação fundada em três princípios: flexibilidade, competitividade e avaliação (BRASIL, 2000).

Ora, tais princípios significavam as primeiras inciativas de contrarreforma do ensino superior necessárias ao estabelecimento das condições legais e materiais para a implementação da desastrosa política de desestruturação do ensino superior público. Tais estratégias resultaram na forte expansão do ensino privado presencial e a distância, na precarização das condições de trabalho e no fortalecimento da mercantilização da educação (BOSCHETTI, 2011).

O investimento nestes novos marcos regulatórios postos ao sistema educacional brasileiro não ficaram isentos de debates, tensões e críticas por parte das instâncias de formação e organização das categorias profissionais. No caso específico da graduação em Serviço Social, tratado neste trabalho, observamos que as diversas instâncias de organização coletiva dos profissionais de Serviço Social⁵ receberam tais mudanças com severas críticas, processos de resistência, reações, questionamentos e embates jurídicos, onde observamos um certo consenso na defesa de que os cursos ofertados sejam obrigatoriamente presenciais com vistas ao atendimento das exigências previstas pelas diretrizes curriculares da ABEPSS e ao entendimento do Projeto Ético-Político da profissão.

Em síntese, o estímulo governamental para a expansão do ensino superior privado, especialmente por meio da oferta da modalidade à distância, tornou-se alvo central do debate no interior da categoria profissional dos assistentes sociais, com vistas a avaliar os patamares e critérios necessário para a garantia da formação de qualidade. Este debate também tem atingindo o cotidianamente a vida e a formação profissional de centenas de estudantes em todo o país, tensionado por críticas, e contradições em todas as instâncias da formação acadêmica.

Diante deste cenário, apresentamos discussões extraída de pesquisa contida em trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Serviço Social apresentada por Lima (2016) realizada em uma Instituição de ensino privada da região Metropolitana de Fortaleza-CE. A pesquisa teve como objetivo analisar a percepção dos estudantes concludentes sobre a modalidade de ensino semi-presencial, à época, recentemente implantada.

Quanto à coleta de dados, utilizou-se abordagem qualitativa associada à pesquisa de bibliográfica e de campo que analisou questionários elaborados pelo formulário (Google) enviados via email à 48 (quarenta e oito) estudantes concludentes, matriculados regularmente no 8^a semestre, nos turnos da tarde e noite.

A discussão contida neste trabalho será organizada em duas partes, na primeira realizamos breves reflexões sobre os desafios da formação profissional em Serviço Social no contexto de contrarreforma da Educação brasileira, tendo como foco

⁵ Podemos encontrar os posicionamentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) nas seguintes publicações: Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância em Serviço Social (Vol. 1, 2010); Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância em Serviço Social (Vol. 2, 2014); Educação não é fastfood: diga não para a graduação a distância em Serviço Social (2011) e Educação não é mercadoria (Revista Conexão Geraes, 2012).

o cenário cearense e na segunda apresentamos os principais resultados obtidos pela pesquisa relativas ao ensino semi-presencial na referida IES.

Assim, procuramos aqui empreender o esforço acadêmico de compreender as particularidades do cenário cearense expresso no cotidiano da formação profissional de uma IES privada, situada na região metropolitana de Fortaleza-Ce.

Este esforço implica ainda escuta e leitura atenta ao debate organizado por instituições de pesquisa e instâncias organizativas da categoria profissional de assistentes sociais, bem como a leitura e o estudo dos marcos legais que regulamentam a educação brasileira e especial o ensino superior situado em seu contexto sócio-histórico, político e econômico.

2. A EDUCAÇÃO SUPERIOR NA CONJUNTURA ATUAL: APROXIMAÇÕES DO CENÁRIO CEARENSE

Inicialmente importa destacar a Constituição de 1988 que trouxe em seu texto um grande avanço quanto ao direito à educação. Dessa forma é válido recuperar seus artigos 205 e 206

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Contudo, deste os anos 1990, no Brasil, as estratégias públicas que regulamentam o acesso, a permanência e a qualidade no ensino superior são questionáveis. Pois, embora acesso à educação superior tenha alargado a inclusão de segmentos populacionais historicamente alijados do processo educacional, observa-se que este acesso não tem sido compatível com a qualidade e efetividade da Educação.

Ora, generaliza-se em todo o país, o debate entre professores, pesquisadores e estudantes questionamentos sobre o problema da universidade brasileira, dentre os quais destacamos: a precarização da oferta pública, a expansão da ensino privado e o agravamento de questões relativas ao desempenho dos

estudantes tais com: a dificuldade de ler e escrever e desenvolver criticidade para análise da realidade. Dessa forma, indagamos: que educação temos proporcionado?

Conforme destaca Leher (2007) em “A problemática da Universidade”, as pretensões de uma educação universal foram destruídas. Destaca o autor:

A América Latina foi reposicionada na economia-mundo de modo que o modelo europeu de universidade – pública, gratuita, e referenciada no princípio da indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa – deixou de ser um objetivo, convertendo-se, antes, em um obstáculo à modernização da educação superior. Nos tempos do cânone vigente, a universidade deixou de ser congruente com o tempo histórico transformado por uma suposta revolução científico-tecnológica, impulsionadora da “globalização”, por estar enredada em uma trama de corporativismo e burocracia característicos das instituições estatais (LEHER, 2007, p.9).

O que se pode observar desde a crise de 1982, seguindo as reflexões de Leher (2007) é uma subordinação da política de educação aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI), bem como do Banco Mundial e, também ao Plano Brandy, o que pode ser observado em alguns países da América Latina como Argentina, Brasil, Chile e México. No caso destes países o direito a educação foi modificado em suas constituições. Quanto ao posicionamento brasileiro, Leher destaca que:

[...] a concepção de que a educação é um serviço que está expresso no Plano Diretor da Reforma do Estado, iniciado no governo Cardoso (1996) e aprofundado na lei de parcerias público-privadas (governo de Lula da Silva), que preconiza a maior eficácia do setor privado frente ao público, no atendimento educacional dos segmentos populares (LEHER, 2007, p.10).

Surge um novo modelo de fazer ensino superior, fundamentado na lógica do mercado, conforme destaca Behring (2007), caracterizado pela vulgarização da formação, o que se pode verificar através do processo de mercantilização da educação, a exemplo dos cursos aligeirados, desqualificados que não proporcionam a integração dos elementos do tripé ensino, pesquisa e extensão.

Nesta direção de análise as pesquisas atuais produzidas pelo observatório de Juventude, Educação e trabalho (JEPTRA) da Universidade Estadual do Ceará – UECE e publicadas em 2016 evidenciam o panorama de contradições, desafios e tensionamentos postos a Educação Superior no Estado do Ceará por meio da análise dos institutos federais. ANDRADE; SANTOS; CAVAINAC (2016), pesquisadoras do JEPTRA, explicam que o cenário atual retrata um crescimento desordenado da educação superior no Brasil, conforme destaca (o crescimento da educação superior brasileira ocorre privilegiando o investimento privado.

[...] a expansão da educação superior no Brasil, a partir das últimas décadas, não tem ocorrido por meio da ampliação dos investimentos estatais em

instituições públicas de ensino superior, especialmente nas universidades, mas pela via do mercado, seguindo a lógica e os parâmetros mercantis, uma vez que essa expansão mais atende aos interesses do capital do que às necessidades sociais da população (2016, p.21)

A educação se sobressai como alvo de investimento para obtenção de lucro pelo mercado, conforme podemos verificar no site do Ministério da Educação - Sistema e-MEC, sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil, cotidianamente constatamos a entradas de novas instituições de ensino.

Observa-se expressivo crescimento da rede federal de educação profissional e tecnológica e tecnológica, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais⁶ (Reuni) e o Programa Universidade para Todos⁷ (ProUni) ganharam destaque durante o Governo Lula (2003-2010), referendando a intervenção externa na política educacional brasileira (ANDRADE; SANTOS; CAVIGNAC, 2016, p.18)

Destacam-se os ganhos para a sociedade com algumas modificações como o aumento de vagas no ensino superior público, enfatizam a criação de novos cursos de graduação, em especial no período noturno. Apontam ainda para outros ganhos que foram agregados como a realização de concursos públicos tanto para docentes como para técnicos administrativos. Incluem ainda neste leque de resultados positivos as melhorias e ampliação da infraestrutura dos estabelecimentos de ensino. Contudo, destacam também a respeito dos programas de financiamento que estes são avaliados de diferentes maneiras, e que os mesmos apontam a necessidade de serem fiscalizados e refletidos (ANDRADE; SANTOS; CAVIGNAC, 2016, p.18).

Dentre as principais questões registradas pelas pesquisadoras do JEPTRA, considera-se que o processo de expansão privada da educação superior no Brasil provoca o acesso à milhões de trabalhadores e aquece o mercado de trabalho. Contudo, este cenário é complexo e marcado por um conjunto de contradições em três esferas: Instituições de Ensino Superior (IES), formação profissional e mercado de trabalho. (ANDRADE; CAVIGNAC; SANTOS, 2016)

⁶ Criado pelo Decreto Presidencial nº 6.069/2007, o Reuni tem o objetivo de aumentar o número de estudantes de graduação nas universidades de graduação nas universidades federais e aumentar o número de estudantes por professor em sala de aula da graduação; diversificar as modalidades de curso de graduação através da flexibilização dos currículos, da Educação a Distância (EaD) e da criação dos cursos de curta duração; elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90% e estimular a mobilidade estudantil entre as instituições de ensino, tudo em cinco anos (Lima, 2013).

⁷ O ProUni foi instituído pela Lei nº 11.096/2005, que trata da ampliação da isenção fiscal para as instituições de ensino superior privadas. Por meio do programa, são ofertadas, nessas instituições, bolsas de estudos integrais, para alunos com renda familiar per capita de até três salários mínimos.

No que tange as IES privadas é notório os desafios atinentes à concorrência intercapitalista observada entre grandes grupos e/ou mega corporações de ensino (capital internacional) com capacidade de custeio e rápida adequação às exigências de corte e de qualidade requeridas pelo MEC. Sobre isto, Agapito (2016) informa que:

A partir de 2007, durante o segundo mandato do governo Lula, observa-se novas configurações da expansão e mercantilização do ensino superior, dentre estas registra-se: criação de redes de empresas por meio da compra e fusão de IES privadas do país (grandes empresas nacionais e internacionais) e abertura de capitais nas bolsas de valores [...] No tocante a esse processo de fusão e formação de oligopólios, as grandes empresas educacionais que monopolizam a oferta do ensino superior são: Anhanguera Educacional S.A (sede em São Paulo); Estácio Participações (sede no Rio de Janeiro); Kroton Educacional (sede em Minas Gerais) e o Sistema COC de Educação e Comunicação-SEB S.A (com sede em São Paulo). O capital destas empresas educacionais provém de grupos estrangeiros e de bancos de investimento norte-americano. (AGAPITO, 2016)

Tal concorrência aliada ao alargamento da oferta de serviços educacionais no Mercado de trabalho provoca por parte do governo a incorporação de medidas de controle e corte com vistas ao manutenção dos padrões de qualidade da Educação e ao mesmo tempo conter o processo de expansão de cursos de baixa qualidade.

Diante disto, as instituições pequenas, com baixa sustentabilidade e sobretudo com dificuldade de oferecer cursos de qualidade e de garantir financiamento e custeio para alunos de baixa renda, tornam-se alvo dos cortes orientados pelo Sistema de Avaliação do Ensino Superior – SINAES.

Conforme destaca ARAÚJO, 2014, no Ceará na área do Serviço Social até 2008 só existia um curso de Serviço Social, na Universidade Estadual do Ceará (Uece), nos últimos dez anos de acordo com site do Ministério da Educação e Cultura, surgiu a oferta de Serviço Social por 46 Unidades de Ensino⁸, das quais somente duas

⁸ **Unidades de Ensino Superior Presenciais:** Universidade Estadual do Ceará (Uece), Faculdade do Vale do Jaguaribe (Fvj), Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (Fls); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Ifce), Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza (Fametro), Faculdade Vale do Salgado (Fvs), Faculdade Excelência (Fak), Centro Universitário Inta (Uninta), Faculdade Teológica e Filosófica (Ratio), Faculdade de Fortaleza (Fafor), Faculdade Cearense (Fac), Faculdade Ateneu (Fate), Faculdade de Tecnologia do Nordeste (Fatene), Faculdade Padre Dourado Fortaleza (Faped), Faculdade Princesa do Oeste (Fpo), Faculdade Uninassau Fortaleza, Faculdade Alencarina de Sobral (Fal), Faculdade Uninabuco Fortaleza, Faculdade do Maciço do Baturité (Fmb), CISNE - Faculdade DE Quixadá (Cfq), Faculdade Evolução do Vale do Acaraú (Faeva), Faculdade Educacional Fortaleza (Edufor), Faculdade Rodolfo Teófilo (Frt).

Unidades de Ensino Superior à Distância: Universidade Estácio de Sá (Unesa), Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul), Universidade Pitágoras Unopar, Universidade Paulista (Unip), Universidade Salvador (Unifacs), Universidade Luterana do Brasil, Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Universidade de França (Unifran), Universidade Anhanguera (Uniderp), Universidade Metropolitana de Santos (Unimes), Centro Universitário de Maringá (Unicesumar), Centro Universitário Campos de Andrade (Uniandrade), Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, Centro Universitário Planalto do Distrito Federal (Uniplan), Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi), Centro Universitário Internacional (Uninter), Centro Universitário Estácio de Santa Catarina, Centro Universitário Inta, Faculdade Dom Pedro II (FdpII).

são públicas, a Uece e o Instituto Federal de Educação do Ceará (Ifce), o restante são instituições privadas, 27 na modalidade presencial e 19 na modalidade a distância. Cabe destacar que algumas instituições aparecem no site do e-MEC mais de uma vez por possuírem mais de uma sede, como é o caso da Faculdade Ateneu, Faculdade Terra Nordeste (Fatene) e Faculdade Mauricio de Nassau (Unissau), todas ofertando curso de Serviço Social na modalidade presencial. Destacamos também a presença da Estácio duas vezes na modalidade a distância: Universidade Estácio de Sá (Unesa) e Centro Universitário Estácio Ribeirão Preto.

Esta realidade exemplifica o que destaca (ANDRADE;SANTOS;CAVAIGNAC, 2016) quanto ao interesse do mercado.

[...] a expansão da educação superior no Brasil, a partir das últimas décadas, não tem ocorrido por meio da ampliação dos investimentos estatais em instituições públicas de ensino superior, especialmente nas universidades, mas pela via do mercado, seguindo a lógica e os parâmetros mercantis, uma vez que essa expansão mais atende aos interesses do capital do que às necessidades sociais da população. (ANDRADE;SANTOS;CAVAIGNAC, 2016,p.21)

O aumento da oferta de cursos de graduação suscita inúmeras implicações. No caso específico do Serviço Social, no contexto cearense, observa-se um aumento significativo do número de profissionais inscritos no Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 3ª Região, que em 2011 contava com 3700 inscritos e ativos, hoje passados sete anos, registram-se 8.084 em 2018 conforme demonstrados do (CRESS-CE, 2018).

Neste cenário de expansão do ensino superior emergem outras questões, que demandam atenção entre os quais destacamos: a diversidade de perfis de estudantes, a evasão de estudantes trabalhadores, o desempenho acadêmico entre outros fatores. O que nos leva a refletir sobre a necessidade de abrir o debate sobre os múltiplos desafios identificados e sobre as estratégias necessárias para manter a qualidade da formação, bem como criar formas criativa para trabalhar com as problemáticas identificadas.

(LIMA;CAMURÇA, 2016) demonstram que são múltiplas as demandas e os desafios que relacionam à evasão a fatores relacionados à IES, entre os quais citamos: mercado de trabalho, reconhecimento social da carreira escolhida, contexto sócio-econômico, qualidade do ensino fundamental e médio, políticas governamentais, currículos desatualizados, rígida cadeia de pré-requisitos, falta de clareza sobre

projeto pedagógico, critérios impróprios de avaliação discente, baixo número de programas de incentivo discente, desvalorização da docência na graduação, estrutura insuficiente para apoio ao ensino (laboratórios, plataformas virtuais, bibliotecas, pesquisa e extensão).

Quanto aos fatores de evasão relacionado a IES (LIMA;CAMURÇA, 2016) informam que há poucas habilidades para os estudos e ou para adaptação às exigências da vida acadêmica, exigências do trabalho, incompatibilidade entre vida acadêmica e mundo do trabalho, reprovações e baixa frequência, dificuldade de ensino-aprendizagem.

Quanto a evasão no ensino superior relacionados a fatores externos registram-se: reconhecimento social da carreira, qualidade da educação ofertada no ensino básico e superior, dificuldade de atualização da faculdade frente aos avanços tecnológicos, fatores econômicos e sociais da contemporaneidade e ausência de políticas governamentais continuadas para os estudantes (LIMA;CAMURÇA, 2016).

Contudo, de acordo com Polydoro (2000) citado por (LIMA;CAMURÇA, 2016) o MEC realiza um conjunto de recomendações com vistas a superação dos desafios apontados, entre as quais destacamos: Apoio aos estudantes com dificuldade de aprendizagem, melhorar a formação pedagógica, aumentar o investimento na valorização da qualidade do ensino superior, estabelecer sistemas de bolsas para atividades de ensino, ampliar linhas de financiamento para pesquisa, linhas de financiamento para bibliotecas e laboratórios,apoio psicopedagógico ao estudante, ampliar programas de bolsas acadêmicas, elaborar projetos de aprimoramento dos cursos.

Neste contexto passamos a observar a seguir as reflexões relativas a percepção dos estudantes concludentes do curso de Serviço Social sobre ensino semipresencial em uma IES privada situada na região metropolitana de Fortaleza - CE.

2.1 PERCEPÇÃO DOS DISCENTES SOBRE MODALIDADE DE ENSINO SEMIPRESENCIAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO PRIVADO DA REGIÃO METROPOLINADA FORTALEZA - CE

O processo de contrarreforma do ensino superior impulsionado pelo governo Lula, além do crescimento e mercantilização do ensino superior privado, se define também pelo estímulo à expansão do ensino a distância, principalmente dentro do curso de Serviço Social. Mesmo com um grande número de abertura do referido curso em instituições privadas e públicas, houve um incentivo ainda maior para a expansão deste na modalidade a distância. Conforme analisa Agapito (2016),

Com a aprovação da LDB, ocorreu uma flexibilização nas modalidades de ensino em decorrência da abertura e veiculação de programas de ensino a distância. Tais programas são regulamentados pelo Decreto nº 2.494/1998 e pela Portaria nº 301/1998 do MEC, nos quais as instituições públicas e privadas de ensino, bem como as fundações sem fins lucrativos e/ou de direito privado, serão responsáveis pela oferta da educação a distância nas áreas de educação, ciência, tecnologia, arte e cultura através da utilização de recursos humanos, materiais e tecnológicos.

Agapito (2016) esclarece ainda que em relação ao governo Dilma, o Censo da Educação Superior de 2013 registrou que entre os anos de 2012-2013, o número de matrículas nas IES privadas (presencial e a distância) contabilizam um total de 5.373.450. E a quantidade de matriculados nas IES públicas (presencial e a distância) alcança um total de 1.932.527. Desta forma os cursos a distância já contavam com uma participação de 15,8% na matrícula de graduação. Estes dados evidenciam a tendência de expansão do ensino superior com investimento do capital privado.

Com vistas a analisar esta tendência da educação brasileira, apresentamos alguns resultados extraídos de trabalho de conclusão de curso realizado por Lima (2016) em uma instituição privada de ensino superior localizada na região metropolitana de Fortaleza - CE. A pesquisa surge das inquietações da estudante relativas ao rápido processo de implementação da modalidade de ensino semi-presencial em todos os cursos da referida IES. É válido salientar que nesta IES, o curso de Serviço Social foi implantado em 2009, exclusivamente com a oferta de ensino na modalidade presencial.

Contudo, a implantação ensino semipresencial, mediante uso de Plataforma digital Moodle ocorreu em 2016. Informamos ainda que esta pesquisa escolhe 48 participantes, sendo estes, estudantes concludentes do curso de Serviço Social da referida IES.

Sobre a modalidade de ensino semipresencial, Lima (2016) informa que se trata de um outro sinônimo de mudanças para a educação superior presencial prevista na Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. Esta, revogada pela Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, considera o artigo 81 da LDB de 1996 e o Decreto nº

5.622, de 19 dezembro de 2005 e discorre sobre a oferta de 20% da carga horária total de disciplinas de cursos presenciais devidamente credenciados pelo MEC na modalidade semipresencial.

A referida Portaria (Nº 1.134 de 2016) descreve que as instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância. As disciplinas referidas no caput poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso. (BRASIL, 2016).

As instituições educacionais superiores presenciais não são obrigadas a aderir ao ensino semipresencial em seus cursos, porém, há uma especificação que delimita a carga horária permitida para o desenvolvimento das atividades educacionais. Sendo assim, ela permite que as instituições de ensino superior ofereçam disciplinas que utilizem a modalidade semipresencial, desenvolvendo “quaisquer atividades didáticas, módulos ou unidades de ensino-aprendizagem centradas na autoaprendizagem e com a mediação de recursos didáticos organizados em diferentes suportes de informação que utilizem tecnologias de comunicação remota”, o que limita esta oferta a 20% da carga horária total do curso. (LEMGRUBER, 2012, p. 4).

Diante disso, recuperamos para análise algumas impressões dos estudantes sobre o processo de implantação da modalidade semipresencial na referida IES em questão, As falas dos estudantes revelam que em relação a este tipo de ensino na formação profissional, os mesmos discordam desta modalidade educacional no Curso de Serviço Social, pois pode acarretar uma fragilização no processo de formação no curso mencionado, pois não viabiliza discussões em sala de aula, podendo afetar a formação do senso crítico.

Semipresencial é o modelo de ensino com aulas presenciais e a distância. Discordo desse modelo e considero que esse o mesmo fragiliza o processo de formação dos Assistentes Sociais, pois as discussões que ocorrem em sala são riquíssimas e contribuem diretamente para a desconstrução do senso comum, possibilitando a formação do senso crítico e formulação de novos pensamentos. (ALUNO 17, TARDE).

Bom eu vejo o ensino semipresencial é você fazer seus estudos em casa, e encontrar-se algumas vezes em sala de aula para fazer avaliação de seu desempenho individual, e em relação ao Serviço Social tenho certeza que não vai sair um profissional qualificado [...] (ALUNO 23, TARDE).

Pra mim é uma forma de precarizar a educação. Na formação em Serviço Social a qual forma profissionais ético-político, técnico-operativo e teórico-

metodológico, com o ensino semipresencial é impossível ter essas três dimensões. (ALUNO 2, NOITE).

Em relação ao exposto pelos alunos entrevistados, a ABEPSS⁹ (2012) declara que a luta da categoria de profissionais de Serviço Social é contra os processos de precarização da educação superior, defendendo a qualidade da formação profissional e assegurando a educação como princípio e base de formação crítica.

No que diz respeito ao processo de adaptação à modalidade semi-presencial, os estudantes concludentes informaram que tiveram bastante dificuldade. Tal como apresentamos a seguir:

A maior parte dos entrevistados (39%) sentiram dificuldades de adaptação ao ensino semipresencial, mais com o tempo conseguiram compreender. Apresentam uma interação satisfatória com a referida modalidade. Identificamos também que há um percentual considerável (35%) no com adaptação parcial ao ensino semipresencial que foi sendo superada com o mais com o decorrer do tempo. (LIMA, 2016).

A resposta dos entrevistados sobre a adaptação ao ensino semipresencial se expressa na realidade em que Belloni (2012, p. 70) afirma que ao mesmo tempo em que as tecnologias trazem grandes potencialidades de criação de novas formas mais performáticas, acrescentam muita complexidade aos processos de mediação, pois há dificuldades na apropriação destas técnicas no campo educacional e para a utilização pedagógica.

No que diz respeito à contribuição desta modalidade de ensino para a formação profissional em Serviço Social, os interlocutores da pesquisa expressam que: esta modalidade de ensino não contribui de maneira efetiva para o aprimoramento da formação profissional em Serviço Social, pois é vista como insuficiente para mobilizar o conhecimento necessário. Consideram que configuram-se como um retrocesso e não como uma avanço no sistema educacional superior e muitas vezes associado à fatores de desmotivação do aluno.

Avalio com forma de menos conhecimento para os discentes. [...].
(ALUNO 2, NOITE).

Analiso de forma insuficiente. [...] (ALUNO 3, TARDE).

Não vejo o ensino semipresencial como avanço, mas como retrocesso na qualidade do ensino. (ALUNO 27, NOITE).

⁹ Posicionamento da ABEPSS solicitado pela Revista Conexão Geraes em relação aos processos de precarização e privatização do ensino. Ver em: Educação não é mercadoria, assistentes sociais na luta por uma educação pública, de qualidade, gratuita, laica, presencial e a serviço da classe trabalhadora. 2012.

[...] enfim não houve avanço no ensino da FATENE ela aderindo a essa metodologia. (ALUNO 12, TARDE).

Não vejo nenhum tipo de avanço, só alunos desmotivados. (ALUNO 25, NOITE).

(GOMES; SANTOS, 2012, p. 6) revelam que a opção por esta estratégia de ensino tem como motivação muito mais o fator econômico do que a busca por um processo de ensino-aprendizagem significativo. As IES acabam por reduzir o potencial de atividades didáticas que utilizem os vinte por cento, provocando principalmente uma desmotivação nos estudantes.

3. CONCLUSÃO

Em tempos de contrarreforma do ensino superior, a formação em Serviço Social brasileiro apresenta múltiplos desafios e ameaças, dentre as quais destacamos: a rapidez de implantação do novo redesenho da Política de Educacional no país pautada pela flexibilidade, competitividade e avaliação, além de forte tendência ao expansionismo privado dos serviços educacionais.

Dessa forma, a análise das novas modalidades de ensino, especificamente à distância e semipresencial, ganham centralidade no cotidiano de estudantes e professores em todo o país, sobretudo no Nordeste brasileiro.

Assim, os dados ora apresentados, revelam a percepção de discentes sobre a implementação da modalidade semipresencial em uma IES privada da região metropolitana de Fortaleza - CE. Dentre as principais impressões destacamos que esta modalidade não contribui de forma efetiva para o aprimoramento profissional de estudantes e, em alguns casos considerada como um dos fatores de desmotivação e retrocesso do sistema educacional. Contudo, à médio e longo prazo esta modalidade é incorporada ao cotidiano da vida acadêmica com baixo nível de debate ou reflexão entre os estudantes e professores.

Assim, conforme previsto no Projeto ABEPSS Itinerante (2018) desejamos refletir sobre a qualidade da formação profissional, tendo como horizonte o fortalecimento do Projeto-Ético-Político da profissão pautado na capacidade dos indivíduos sociais em oferecerem respostas profissionais adensadas de alto valor crítico. Ademais, desejamos que esta formação não esteja apenas voltada à preparação de indivíduos capazes de suprir a demanda do mercado de trabalho, do capitalismo e do exército assistencial de profissionais. Esperamos que as instituições de ensino

superior prezem por uma educação para além do capital para que se possa recuperar as bases de uma formação sólida e competente.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Os Fundamentos do Serviço Social**: As atribuições e competências profissionais em debate. Projeto ABEPSS Itinerante 2018, 4ª edição.

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília (DF): Abepss, ano 16, n. 32, jul/dez. 2016. Disponível em:

<file:///C:/Users/C1%20A1udia/Desktop/ARTIGO%20TEMPORALIS.pdf>.

ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães; CAVAINAC, Mônica Duarte. (Orgs). **Educação em debate**: reflexões Sobre Educação Superior, Educação profissional e Assistência Estudantil. Fortaleza: Eduece, Imprece, 2016.

ARAÚJO, Maria Auxiliadora de. **Supervisão de estágio em serviço social**: reflexões do cotidiano na contemporaneidade. Fortaleza: EdUECE, 2014.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 6. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

BRASIL, **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>
CAMURÇA, Tatiana Apolinário; LIMA, Eveline de Sousa. Política de Expansão para cursos superiores: Os desafios para permanência e conclusão dos alunos dos cursos superiores presenciais do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado do Ceará – IFCE. In: ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra; SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães; CAVAINAC, Mônica Duarte. (Orgs.). **Educação em debate**: reflexões Sobre Educação Superior, Educação profissional e Assistência Estudantil. Fortaleza: Eduece, Imprece, 2016.

CFESS - CRESS; ABEPSS, ENESSO. **Sobre a incompatibilidade entre graduação a distância e Serviço Social**. Brasília, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/01_sobreaincompatibilidade_2011.pdf.

CFESS, ABEPSS e ENESSO. **Educação não é mercadoria**: assistentes sociais na luta por uma educação pública, de qualidade, gratuita, laica, presencial e a serviço da classe trabalhadora. Revista Conexão Geraes, nº1, ano 1, p. 14-19, 2012. Disponível em: https://issuu.com/cressmg/docs/conexao_geraes_1.

GOMES, Kelly Aparecida; SANTOS, Maíra Tonelli. **20% a distância**: reflexões sobre a resistência. IX ANPED SUL, UFSC, 2012. Disponível em: <http://esud2014.nute.ufsc.br/anais-esud2014/files/pdf/126617.pdf>.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LEMGRUBER, Márcio Silveira. **Educação a distância**: para além dos caixas eletrônicos. Portal do MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/marcio_lemgruber.pdf.

LIMA, Luana Melo de. **O Ensino semipresencial e a formação profissional no curso de serviço social da Faculdade Terra Nordeste – FATENE Caucaia**: Uma percepção discente. Trabalho de conclusão de curso, Faculdade Terra Nordeste-FATENE, Caucaia, 2016.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **A expansão dos cursos de serviço social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro**: impactos na formação profissional em serviço social. Revista de Políticas Públicas. São Luís - MA, 2010, p. 323-331. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/download/426/819>

SILVA, Rogério Pereira da. **A formação em Serviço Social em tempos de mercantilização da educação**: uma análise da expansão do ensino a distância. 93p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade de Brasília: Brasília, 2013. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/4928/6/2013_Rog%C3%A9rioPereiradaSilva_ParciaI.pdf.